

AS CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS NARRATIVAS DE UMA PROFESSORA

Magnólia Maria Oliveira Costa

Programa de Pós- Graduação POSEDUC/UERN, magnoliamarinho94@gmail.com

Rosely de Sousa Fernandes

Programa de Pós- Graduação POSEDUC/UERN, roseliafernandes22@gmail.com

Eliane Cota Flório

Programa de Pós- Graduação POSEDUC/UERN. Elianecota@hotmail.com

Resumo

Educação Especial no Brasil, ao longo dos tempos, passou por várias modificações, de acordo como contexto social, a sociedade também se transforma. As políticas públicas para a inclusão de pessoas com deficiência se processam lentamente. O presente artigo tem como problemática compreender a partir das narrativas de uma professora da uma Sala de Recursos Multifuncionais SRM, de uma escolada rede Municipal de Ensino da cidade de Mossoró/RN, as contribuições do Atendimento Educacional Especializados alunos com deficiência. Nosso objetivo principal é compreender de que forma as SRM, contribuem para o desenvolvimento dos alunos com deficiências. Na metodologia foi executada uma entrevista com uma professora que atua na Sala de recursos Multifuncional, trabalhamos com o histórico da Educação Especial, Políticas Públicas Nacionais para a Educação Especial no Atendimento Educacional Especializado, utilizamos o método (auto) biográfico para dar ênfase ao nosso objetivo onde foi realizada uma entrevista (auto) biográfica com uma professora que leciona no RSM. Resultados: A partir da interpretação da entrevista, analisamos os resultados obtidos e foi possível compreender que os alunos com deficiência que frequentam as salas de recursos multifuncionais desenvolvem suas aprendizagens, aumenta a autoestima, e alargam seus potenciais se tornando autônomos no processo diário à medida que acontece os atendimentos individuais e coletivos. A guisa de conclusões, o artigo discute a importância do papel do professor do AEE à medida em que acontece os atendimentos. Esperamos que este possa servir de incentivo e como fonte de informações para outros que desejam adentrar nesta temática.

Palavras-chave: Educação Especial, Sala de Recurso Multifuncional, Atendimento Educacional Especializado, Alunos com Deficiências.

1- Introdução

Ao longo dos anos o processo de inclusão desperta discussões, debates, estudos e pesquisas. O método de estudos em torno da inclusão tem sido concebido como desencadeadora de inclusão por parte da sociedade, de certa forma com maior intensidade atualmente. Neste sentido, o principal objetivo da pesquisa é compreender a partir das narrativas de uma professora da uma Sala de Recursos Multifuncionais¹ SRM, de uma escola da rede Municipal de Ensino da cidade de Mossoró/RN, as contribuições destas salas no Atendimento Educacional Especializados. Inclui-se o histórico da Educação Especial, as Políticas Públicas Nacionais voltadas para a educação Especial no Atendimento Educacional Especializado e as narrativas de uma professora que leciona no AEE² e as especificidades do AEE.

É preciso compreender que os caminhos são muitos para o aprendizado, por esta razão é imprescindível procurar significado ao processo educacional e resultar em boas consequências rumo ao sucesso e descoberta de novos saberes.

O movimento hoje realizado para garantir a inclusão na sociedade das pessoas que estão na condição de deficiência é uma manifestação social, política e educacional do povo enquanto sociedade organizada, que acredita que todos são iguais em direitos e obrigações como preconiza nossa lei maior, a Constituição Federal no seu artigo 5°. Sendo que este movimento ocorre visto que a exclusão dessas pessoas é um fato comprovado ao longo da história da humanidade, onde iniciativas pioneiras e lutas sociais trouxeram à luz a discussão sobre o processo de segregação a qual foram submetidas às pessoas com deficiência.

O caminho percorrido foi ditado pelas mudanças de cunho econômico, político, ou ainda de forma organizacional que ocorriam nas sociedades. A evolução dos serviços educacionais oferecidos a estas pessoas vai desde a sua não existência nos tempos primordiais, até hoje, com a implantação da política de inclusão nas escolas regulares. 1 Sala de Recursos Multifuncionais- SRM 2 Atendimento Educacional Especializado

¹ Sala de Recursos Multifuncionais

² Atendimento Educacional Especializado



2- Histórico da Educação Especial

É importante contextualizar a Educação Especial desde seus primórdios até a atualidade, para que se possa ter uma ampla visão a respeito de como as pessoas com deficiência eram vistas e tratadas. Na antiguidade, os estudiosos concluem que a sobrevivência de uma pessoa com deficiência nos grupos primitivos de humanos era impossível porque o ambiente era muito desfavorável e porque essas pessoas representavam um fardo para o grupo. Só os mais fortes sobreviviam e era inclusive muito comum que certas tribos eliminassem as crianças com deficiência.

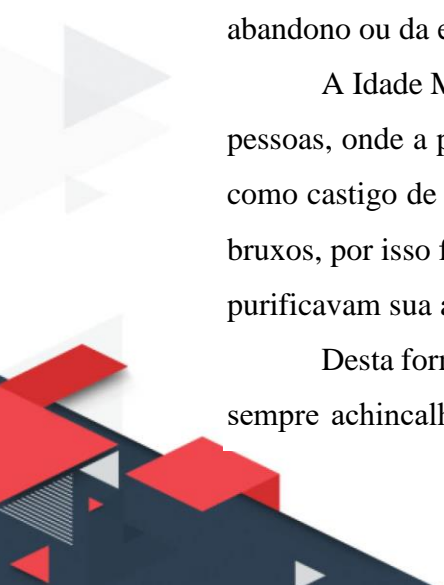
Na Grécia Antiga, ocorria o culto a perfeição do corpo e da mente e nessa perspectiva as pessoas com deficiência não correspondiam a esse padrão de “homem perfeito”. Em Esparta, os gregos se dedicavam à arte da guerra e preocupavam-se com as fronteiras de seus territórios, expostas às invasões bárbaras, por isso, o Estado tinha como tradição estatal, cuidar das crianças desde a concepção, e quando estas nasciam com alguma deficiência identificada pela parteira, eram eliminadas.

Já com relação às leis romanas da antiguidade, essas não eram favoráveis às pessoas que nasciam com deficiência. Aos pais era permitido eliminar as crianças que nasciam com deficiências físicas, pela prática do afogamento. Mas era necessário apresentar a criança a um grupo de cinco pessoas que deveriam atestar a sua anormalidade.

Na sociedade Judéia, embora não exterminassem as pessoas com deficiência, elas eram vistas como impuras e incapazes de oferecer sacrifício a Deus. Após a expansão do cristianismo e propagação dos valores relativos ao amor ao próximo e à compaixão, as pessoas com deficiência passaram a ser vista como criaturas de Deus, escapando do abandono ou da exposição.

A Idade Média foi uma era marcada por difíceis condições de vida e de saúde das pessoas, onde a população ignorante encarava o nascimento de pessoas com deficiência como castigo de Deus e os supersticiosos viam nelas poderes especiais de feiticeiros ou bruxos, por isso foram torturadas e mortas pela Inquisição, acreditando que dessa forma, purificavam sua alma.

Desta forma, as crianças que sobreviviam eram apartadas de suas famílias e quase sempre achincalhadas, utilizadas como “bobos da corte”, expostas nas praças e circos³²²



para divertimentos do público. Nessa época, as pessoas com deficiência eram segregadas em hospícios ou asilos onde eram cuidadas e mantidas longe do convívio social.

Na Idade Moderna, com a nova forma de organização social e com o surgimento do Estado - caracterizado por uma sociedade produtiva - as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como doentes que necessitavam de tratamento e não de punição. Após alguns anos, começa então a surgir na Europa algumas experiências no campo educacional para estas pessoas, embora que com um caráter assistencial.

Dentre elas, o atendimento a pessoas surdas pelo Monge Ponce de Leon que não tinha caráter educativo e sim a recuperação da doença. (MARTINS,2001, p.15). Em 1791 foi criada a primeira escola pública para surdos do mundo, aberta a pobres e ricos. Nesse mesmo ano, também foi criado o Instituto Nacional para Jovens Cegos para aprender um ofício.

Na Idade Contemporânea, apesar de ainda permanecer a segregação das pessoas com deficiência, começa a se estruturar os serviços educacionais impulsionados pela necessidade de atender as pessoas “normais” que vinham mutiladas dos confrontos da guerra.

Em 1948, com a elaboração e publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (MARTINS, 2001, p.17) houve o reconhecimento dos direitos de todas as pessoas. A partir daí as pessoas com deficiência eram inseridas nas escolas regulares desde que não alterassem ou causassem transtornos ao ambiente escolar, caso isso acontecesse, seriam encaminhadas a modalidades especializadas. Somente na metade da década de 1990, surge um movimento amplo em prol da inclusão dos alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação e condutas típicas de síndrome na escola regular no Brasil.

3- Política de Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva SEESP/MEC; 01/2008

A política de Inclusão tem Sustentação legal na Constituição Federal de 1988; Constituição Federal de 1988, de acordo com o Capítulo III; da Educação, da Cultura e do Desporto Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Atendimento Educacional Especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Outro documento que valida essa política é a LDBEN³ /1996; Capítulo V da Educação Especial, em seu artigo 58 da referida lei:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores⁴ de necessidades especiais.

Percebemos que ao longo dos anos, os estudos em torno das leis que regulamentam as políticas educacionais na perspectiva inclusiva vêm sendo cada vez mais cobradas, compridas e conseqüentemente os direitos das pessoas com deficiências estão se efetivando e dando visibilidade e trazendo essas pessoas ao convívio social, oportunizando-as autonomia e participação na sociedade.

Para dar ênfase ao exposto o §2º o Atendimento Educacional Especializado é feito em classes de recursos Multifuncionais, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular Sustentação legal na Convenção da Guatemala/2001; Sustentação legal na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU 03/2007 Sustentação legal Política Nacional /2008.

Nesta perspectiva os objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva apontam para assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para: garantir o acesso de todos os alunos ao ensino regular com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino. Nesse sentido é atribuição do AEE oferecer tais ações:

Formar professores para o AEE e demais professores para a inclusão; Prover acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, comunicações e informação; Estimular a participação da família e da comunidade; Promover a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas educacionais.

³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

⁴ Atentamos que esse termo hoje não é mais utilizado, pois de acordo com os estudos e discussões modificaram a nomenclatura para “Pessoas com Deficiências, por se entende que nenhuma pessoa porta deficiência”,

Neste contexto o Atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial que: Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas, complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

O quadro abaixo explica como se processou as políticas da Educação especial na perspectiva Inclusiva.

De acordo com Santos (1999) Porque [...] “temos direito à diferença, quando a igualdade nos descaracteriza”. O quadro demonstra o processo de ampliação das políticas da Educação Especial. Inicialmente tem-se a exclusão, ou seja, as pessoas com deficiências estão totalmente fora do convívio social. Com o passar dos anos começa a surgir os primeiros passos rumo à segregação, onde as pessoas estão excluídas, porem nos seus grupos específicos. Anos depois, vem à integração, as pessoas com deficiência estão integradas, porém ainda continuam em grupos mesmo dentro do contexto social. E por fim, não menos importante acontece a Inclusão, onde as pessoas com deficiências estão incluídas em todos os aspectos e principalmente nas escolas regulares. Assim, alunos com deficiência e os demais, que são público alvo da Educação Especial, precisam ser atendidos nas suas especificidades, para que possam participar ativamente do ensino comum.

O AEE para pessoas com deficiência é realizado mediante a atuação de professores com conhecimentos específicos no ensino de: linguagem e códigos específicos de comunicação, sinalização e tecnologias assistivas. Constitui oferta obrigatória dos sistemas de ensino, embora participar do AEE seja uma decisão do aluno e/ou na própria escola desse aluno. Há ainda a possibilidade deste atendimento acontecer em outra escola próxima.

4- As Salas de Recursos Multifuncionais/Escola comum

A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns da rede pública de ensino atende à necessidade histórica da educação brasileira de agenciar as condições de acesso, participação e aprendizagem dos estudantes público alvo da educação especial no ensino regular, permitindo a oferta do atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar à escolarização.



A formulação e a prática de políticas públicas inclusivas, de ascensão aos serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade nas escolas comuns de ensino regular, concorre para a supressão das barreiras existentes, agenciam o desenvolvimento inclusivo da escola, suplantando o modelo de escolas e classes especiais.

Neste aspecto, os sistemas de ensino transformam sua organização, garantindo aos estudantes público alvo da educação especial, a matrícula nas classes comuns e a oferta do atendimento educacional especializado previsto no projeto político pedagógico da escola. A educação inclusiva é um direito assegurado na Constituição Federal para todos os estudantes e a efetivação desse direito deve ser assegurada pelas redes de ensino, sem nenhum tipo de distinção.

5- Entrevista (auto)biográfica: com a palavra a professora

A entrevista foi realizada com uma professora que atua no Atendimento Educacional Especializado em uma escola da Rede Municipal de ensino na cidade de Mossoró/RN. A mesma será chamada de Pandora, por questões de ética. O nome foi escolhido pela professora durante a entrevista. Foram elencadas seis perguntas

1- Como você organiza um plano de Atendimento Educacional Especializado?

Descreva o plano.

O AEE é oferecido pela sala de Recurso multifuncional, tem a responsabilidade de atender as necessidades educacionais de cada aluno com deficiência, proporcionando o acesso aos conteúdos curriculares desenvolvidos nas classes comuns. Nesse sentido o plano do AEE é planejado detalhadamente de forma a suprir as necessidades educacionais de cada estudante. Para elaborar esse plano é necessário primeiramente fazer o estudo de caso de cada aluno a ser atendido na SRM, esse estudo é desenvolvido individualmente a partir de entrevista com a família, dados da escola onde o aluno estuda, dialogo com os professores da classe comum e relatório de profissionais de saúde.

2- Qual a participação da família do AEE?

A família tem um papel muito importante na vida da criança, por tanto, eu compreendo, que é necessário mostrar para a família o quanto é essencial a sua participação junto com seu filho no Atendimento Educacional Especializado, para que visualize que o AEE contribui de

forma significativa na aprendizagem do aluno e principalmente para que esses alunos desenvolva sua autonomia dentro e fora da escola. Com relação à realidade da escola que atua, os pais são participativos, compreensivos, eles lutam e acreditam no potencial dos seus filhos e estão sempre em busca da efetivação dos direitos de seus filhos.

3- Em que período os alunos frequentam a sala de recurso multifuncional?

Os alunos que fazem parte do atendimento educacional nas salas de recurso multifuncional frequentam no contra turno. Entendendo que o AEE é um recurso da Educação Especial e tem como objetivo auxiliar na aprendizagem dos alunos e no processo de sua autonomia

4- Qual a diferença do trabalho do AEE para o trabalho desenvolvido pelo professor da sala de aula comum?

As atividades da sala de AEE diferenciam-se daquelas da sala de aula comum, não sendo substituída a escolarização, mas sim, complementando a formação dos alunos com vistas à autonomia. Dessa forma, na sala de recurso multifuncional são desenvolvidas atividades de enriquecimento curricular, ensino de linguagem e códigos específicos de comunicação, sinalização e tecnologias assistivas. Essa sala não tem uma proposta de conteúdos programáticos de ensinar atividades de Matemática e de alfabetizar alunos, nem tão pouco aplicar provas. O AEE trabalha as ações de desenvolvimento fazendo com que o estudante seja capaz de produzir pensamento e desenvolvê-los para a construção de seu próprio conhecimento.

5- Que tipo de formação você considera necessária para o professor atuar na sala de recursos multifuncionais?

Para atuar como professor do Atendimento Educacional Especializado é preciso que além de ter formação inicial em Pedagogia, se faz necessário que o professor tenha formação específica para a Educação Especial, uma vez que essa formação possui atribuições voltadas para o atendimento, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o Soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os soroban, os softwares específicos, os códigos de linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros

6- Qual a contribuição do AEE no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência?

O professor da sala de recursos multifuncionais tem um importante papel no processo de construção da autonomia do aluno com deficiência. Ele desenvolve no aluno estímulos indispensáveis ao pleno desenvolvimento através de recursos pedagógicos tecnológicos e educativos, contribuindo de forma significativa para sua independência e autonomia. O professor busca alternativas que possam auxiliar o aluno no alargamento de suas potencialidades, suprindo as lacunas existente e eliminando as barreiras que o impedem de aprender.

7- Resultados e discussões

Comprendemos a partir da entrevista (auto) biográfica com a professora Pandora, que é preciso inicialmente que o professor precisa ter um plano que deve ser planejado detalhadamente de forma a suprir as necessidades educacionais de cada estudante. Vimos também que é fundamental a presença da família, devido ao papel importante na vida dos filhos para que visualize que o AEE contribui de forma significativa na aprendizagem do aluno e principalmente para que esses alunos desenvolvam sua autonomia dentro e fora da escola.

O diferencial do AEE nas salas de recursos multifuncionais é que os alunos que frequentam são atendidos no contra turno, ou seja, no período diário contrário ao da sala de aula regular. De posse das respostas compreendemos ainda que as atividades da sala de AEE se diferem das desenvolvidas em sala de aula comum. Essas atividades não substituem as da escola regular, mas sim, complementam os processos formativos dos alunos com deficiência, com vistas à autonomia.

Dessa forma, na sala de recurso multifuncional são desenvolvidas atividades de enriquecimento curricular, ensino de linguagem e códigos específicos de comunicação, sinalização e tecnologias assistivas, então é preciso que o professor tenha formação específica para atuar nas salas de recursos multifuncionais, e que, além de pedagogo deverá obrigatoriamente ter especialização em Atendimento Educacional Especializado.

O Atendimento Educacional Especializado contribui também, e, especificamente para desenvolver no aluno estímulos indispensáveis ao pleno desenvolvimento através de recursos pedagógicos tecnológicos e educativos, contribuindo de forma significativa para sua independência e autonomia.

8- Considerações finais

Atualmente, surge uma nova reflexão sobre qual o verdadeiro papel do AEE para favorecer o avanço no processo de escolarização dos alunos que pertencem ao público da educação especial. Portanto, mudanças são necessárias para a implementação de uma escola inclusiva, desde a (re) elaboração do currículo, modificação na estrutura física das escolas organização escolar, metodologia, avaliação, entre outros.

Por isso, cabe aos professores, levar essas discussões para as escolas para que juntos gestores, supervisores, professores, pessoal de apoio, pais e comunidade discutam, analisem e busquem soluções para que o ensino oferecido nas escolas seja ofertado a todos os alunos.

Entende-se que para uma escola ser considerada inclusiva é fundamental que todos os objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar estejam bem claros para toda a comunidade escolar no seu Projeto Político Pedagógico, que também deve garantir a adequação estrutural da mesma, estratégias de ensino adequadas e capazes de garantir a efetiva aprendizagem do seu alunado, que disponha de materiais e equipamentos acessíveis a todos.

E que o mais importante é que a inclusão das pessoas com deficiência não será efetivada pela lei, mas por um conjunto de ações que contribua para que tal fato ocorra, e também, excepcionalmente pela disposição das pessoas em aceitar que cada pessoa é única e que tem muito a oferecer com suas atitudes e conhecimentos.

É mister destacar o papel e as contribuições do Atendimento Educacional Especializado como forma específica para desenvolver no aluno estímulos indispensáveis ao pleno desenvolvimento através de recursos pedagógicos tecnológicos e educativos, contribuindo de forma significativa para sua independência e autonomia.

Desta forma, esperamos que o artigo possa despertar em alunos, professores e demais agentes multiplicadores da educação a importância do AEE e as contribuições das salas de recursos multifuncionais.



9- Referências bibliográficas

BRASIL Inclusão: revista da educação especial. v.5, n. 1 (jan/jul). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

_____. Inclusão: revista da educação especial. v.5, n. 2 (jul/dez). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7611/2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em 16 março. 2012.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. Caminhos Pedagógicos da Inclusão. São Paulo: Memnon, 2001.

_____. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Fundamentos em educação inclusiva. Natal: UFRN, 201